

Boletim da Macrogestão Governamental

Junho / 2023 ◀



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**



www.tcees.tc.br



@tceespiritosanto

Elaborado em 31/07/2023

Apresentação

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo disponibiliza este instrumento informativo de cunho gerencial com o objetivo de destacar os principais resultados da gestão dos recursos públicos do Estado e dos municípios, de modo a permitir, por meio de variáveis de controle e de análises sistêmicas sobre os aspectos relevantes, o acompanhamento tempestivo, bem como a tomada de ações preventivas pelos gestores públicos.

Desenvolvido a partir dos dados disponíveis no CidadES (com informações fiscais e econômicas do Estado e dos municípios capixabas, produzido pelo próprio TCEES) e no Sigefes (sistema de gestão das finanças públicas do Estado, utilizado pelo Governo Estadual), este boletim destaca e compara os principais indicadores e resultados da gestão dos recursos públicos estaduais e municipais. O Boletim da Macrogestão Governamental contempla a execução orçamentária do Estado e dos municípios; a avaliação do cumprimento de limites e metas; dados previdenciários e, ainda, outros aspectos relacionados à governança.

Os principais destinatários das informações apresentadas no Boletim são os gestores públicos, imprensa, analistas e cientistas de dados, órgãos públicos, organizações não governamentais (ONGs), acadêmicos, pesquisadores e cidadãos em geral.

Mais informações sobre receitas, despesas, avaliações sobre endividamento, metas fiscais, limites de saúde, educação e gastos com pessoal, prestação de contas, fiscalização, e outros indicadores do Estado e dos municípios, estão disponibilizadas em <https://paineldecontrole.tcees.tc.br>.



TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Panorama econômico

Finanças do Estado

Finanças dos Municípios

Institucional

Identidade organizacional



sumário



A economia chinesa apresentou diminuição do seu ritmo de crescimento na passagem do 1º trimestre para o 2º trimestre de 2023. Em relação ao 2º trimestre de 2022, o PIB da China apresentou um crescimento de 6,3%. Já no acumulado de janeiro a junho de 2023, a economia chinesa cresceu 5,5% em relação ao mesmo período do ano passado.

O Comitê de Política Monetária do Banco da Inglaterra decidiu aumentar em 0,5 p.p. a taxa de juros do país, alcançando 5% a.a.

No acumulado do primeiro semestre de 2023, frente ao mesmo período de 2022, a corrente de comércio capixaba apresentou retração de -4,74% e a do Brasil, queda de -2,58%. No acumulado dos últimos 12 meses, frente aos 12 meses imediatamente anteriores, o comércio exterior capixaba apresentou contração de -2,76%, e o do Brasil, incremento de +7,23%.

Em maio, o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-BR) registrou contração de 2,0% frente a abril, configurando a pior queda desde março de 2021. No acumulado dos últimos doze meses, a atividade econômica do país registrou um crescimento de 3,43%. Para o Espírito Santo, o IBCR-ES registrou um crescimento de 1,5% na passagem de abril para maio, e, nos últimos 12 meses encerrados em maio de 2023, o IBCR-ES registrou queda de 1,93%.

Em junho, houve um avanço na confiança do empresário industrial no país, refletindo em uma transição da falta de confiança para a confiança e mostrando quebra de uma sequência de três meses de falta de confiança. No caso do industrial capixaba, ocorreu aumento pelo terceiro mês consecutivo no índice de confiança, atingindo o maior patamar do ano.

O Espírito Santo registrou abertura de 13.593 vagas em maio. Esse saldo, o maior do ano, foi impulsionado, principalmente, pelas novas contratações resultantes do período de colheita de café, atividade relevante no estado. O mercado de trabalho brasileiro registrou abertura de 155.120 postos formais em maio. No acumulado de 2023, houve abertura de 865.360 postos no país.

A inflação no país em junho teve variação negativa de 0,08%, registrando a primeira deflação desde setembro de 2022. De janeiro a junho, a inflação acumula alta de 2,87%, enquanto nos últimos 12 meses cresceu 3,16%. Na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), a inflação de junho atingiu +0,06% e acumulou alta de 3,76% nos últimos 12 meses encerrados em junho.

Em junho, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil decidiu manter em 13,75% a.a. a taxa básica de juros da economia brasileira, a taxa Selic.

1 Fontes: A
Semana Econômica
(Observatório da
Indústria/Findes),
IJSN (Instituto Jones
dos Santos Neves),
Ipea (Instituto de
Pesquisa Econômica
Aplicada).



O departamento de estatística do Governo da China, o *National Bureau of Statistics of China* (NBS), publicou os resultados do PIB do país referentes ao 2º trimestre de 2023. A economia chinesa registrou um crescimento de 0,8% em comparação com o 1º trimestre, no qual a taxa havia sido de 2,2%. Esses dados indicam que a economia chinesa apresentou diminuição do seu ritmo de crescimento na passagem do 1º trimestre para o 2º trimestre do ano. Em relação ao 2º trimestre de 2022, o PIB da China apresentou um crescimento de 6,3%. Já no acumulado de janeiro a junho de 2023, a economia chinesa cresceu 5,5% em relação ao mesmo período do ano passado.

Varição (%) do PIB da China em relação ao trimestre imediatamente anterior (com ajuste sazonal)



Fonte do gráfico:
NBS of China

Elaboração:
Findes/Observatório
da Indústria



O Comitê de Política Monetária do Banco da Inglaterra decidiu aumentar em 0,5 p.p. a taxa de juros do país, alcançando 5% a.a, uma vez que a inflação até maio registrou 8,7%, acima da meta estipulada para 2023, de 2,0%. Espera-se que a inflação continue em desaceleração até o final do ano, motivada pela redução nos preços da energia e de bens essenciais, uma vez que os serviços deverão permanecer quase inalterados.

Setor externo brasileiro e capixaba

Em junho de 2023, o comércio exterior capixaba totalizou US\$ 1,86 bilhão, crescimento de +11,04% frente ao mês imediatamente anterior, impulsionado pela expansão das exportações do estado, que aumentaram +31,46%, enquanto as importações registraram queda de -11,19%, no período. No Brasil, por sua vez, houve recuo de -9,10% no comércio internacional, impactado tanto pelas exportações, que caíram -8,44%, quanto pelas importações, que diminuíram -10,08%.

Na comparação com junho de 2022, as variações foram no mesmo sentido, com crescimento de +4,77% no comércio exterior capixaba, puxado pelas exportações, que avançaram +56,67%, enquanto as importações do estado recuaram -31,69%. No Brasil, nesse período, houve retração de -12,60% na corrente de comércio, impactada tanto pelas exportações (-8,50%), quanto pelas importações.

Evolução da taxa de juros da Inglaterra

Bank Rate (%)



Fonte do gráfico:

Banco Central da
Inglaterra

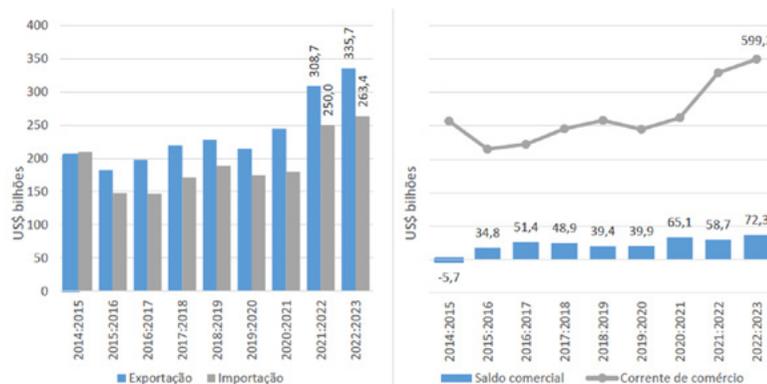
Elaboração:

Findes/Observatório
da Indústria



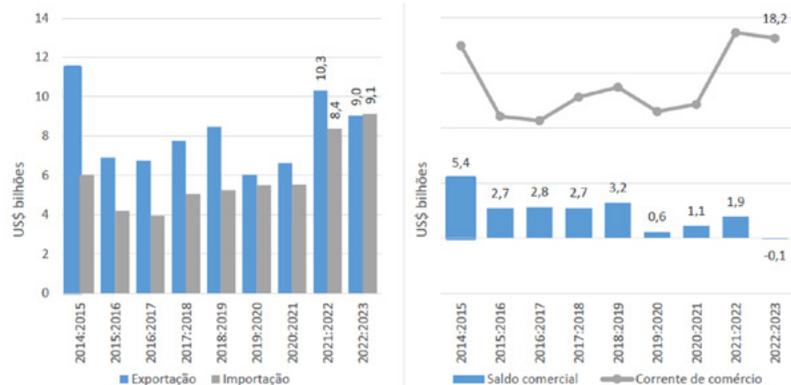
No acumulado do primeiro semestre de 2023, frente ao mesmo período de 2022, a corrente de comércio capixaba apresentou retração de -4,74%, resultado advindo da queda de -1,78% nas exportações e de -7,71% nas importações. No Brasil, as exportações acumuladas no ano variaram em +0,98%, enquanto as importações caíram -7,09%, resultando em queda de -2,58% no comércio exterior do período.

Exportações, importações, saldo comercial e corrente de comércio Brasil – US\$ bilhões acumulados em 12 meses



No acumulado dos últimos 12 meses, frente aos 12 meses imediatamente anteriores, o comércio exterior capixaba apresentou contração de -2,76%, puxado pelas exportações, que recuaram -12,30%, enquanto as importações cresceram +9,00%. No Brasil, houve expansão de +8,76% nas exportações e +5,35% nas importações, em 12 meses, resultando em um incremento de +7,23% na corrente de comércio do período.

Exportações, importações, saldo comercial e corrente de comércio Espírito Santo – US\$ bilhões acumulados em 12 meses



Fonte do gráfico:
Secretaria de
Comércio Exterior -
Secex/MDIC

Elaboração:
Coordenação de
Estudos Econômicos
– CEE/IJSN



O Banco Central do Brasil (BCB) publicou o Relatório Focus, referente à semana encerrada no dia 30 de junho. A mediana das projeções dos analistas de mercado para o crescimento do PIB brasileiro em 2023 registrou leve aumento frente a semana anterior, ao passar de 2,18% para 2,19%. A estimativa para a inflação do país, continuou em queda, e a mediana do IPCA chegou a 4,98%, totalizando a sétima contração consecutiva. A expectativa para a taxa Selic também apresentou queda, ao passar de 12,25% a.a. na semana anterior para 12,00% nessa semana. Por sua vez, o câmbio permaneceu estável, em US\$ 5,00.

A projeção do BCB para o crescimento do PIB em 2023 subiu de 1,2% no relatório anterior para 2,0%, com aumento das estimativas para todos os setores.

O Banco Central do Brasil (BCB) publicou o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-BR), referente a maio. No mês, o indicador registrou contração de 2,0% frente a abril, na série com ajuste sazonal, configurando a pior queda desde março de 2021, quando o indicador registrou queda de 3,5%. Contudo, na comparação contra maio de 2022, o IBC-BR registrou

Focus – Expectativas de mercado

Indicador	Mediana das Expectativas de Mercado (2023)	Comportamento das últimas 4 semanas			
		09/06	16/06	23/06	30/06
PIB (% de crescimento)	2,19	↑	↑	↑	↑
IPCA (%)	4,98	↓	↓	↓	↓
Selic (% a.a.)	12,00	→	↓	→	↓
Câmbio (R\$/US\$)	5,00	↓	↓	→	→

↑ alta → estabilidade ↓ queda em relação Focus anterior



um avanço de 2,15%. De janeiro a maio de 2023, o indicador acumulou alta de 3,61%. No acumulado dos últimos doze meses, a atividade econômica do país registrou um crescimento de 3,43%.

O Banco Central do Brasil (BCB) também divulgou o indicador de atividade econômica regional (IBCR) referente ao mês de maio de 2023. Para o Espírito Santo, o IBCR-ES registrou um crescimento de 1,5% na passagem de abril para maio, na série com ajuste sazonal. Na comparação em relação a maio de 2022, o indicador registrou um recuo de 4,64%, na contramão do indicador nacional (2,15%). Nos últimos 12 meses encerrados em maio de 2023, o IBCR-ES registrou queda de 1,93%, também abaixo do crescimento observado para o país (3,43%).

O cenário atual da economia brasileira conjuga uma alteração nas perspectivas econômicas no sentido de maior crescimento econômico com menores taxas de inflação. Essa situação, aparentemente contraditória, pode ser explicada por uma junção de fatores estruturais e conjunturais. A queda das cotações de commodities aliada ao aumento da quantidade vendida é um

Variação (%) do IBCR-BR em relação ao mês imediatamente anterior (com ajuste sazonal)



*Dados com ajuste sazonal

Fonte do gráfico:
BCB

Elaboração:
Findes/Observatório
da Indústria



dos fatores explicativos. A reabertura econômica da economia chinesa e a resiliência das economias ocidentais ao ciclo de aperto monetário são outros fatores por trás da maior demanda externa pelas commodities brasileiras. Ademais, a expansão da demanda interna, embora restrita pela fragilidade financeira de famílias e empresas, encontra suporte em medidas de estímulo fiscal e de política creditícia, que atuam no sentido de compensar, ainda que parcialmente, os efeitos contracionistas da austeridade monetária na economia doméstica.

A inflação menor que o esperado, por sua vez, ocorre também devido à valorização do real brasileiro, que junto com a deflação das cotações das commodities resulta em força que pressiona para baixo os preços no atacado, induzindo a um cenário de desinflação no varejo e nos preços ao consumidor.

Variações (%) do IBC-Br e IBCR-ES, maio de 2023

Localidades	Mai. 2023/ Abr. 2023*	Mai. 2023/ Mai. 2022	Acumulado no ano	Acumulado em 12 meses
Brasil	-2,00%	2,15%	3,61%	3,43%
Espírito Santo	1,46%	-4,64%	-0,87%	-1,93%

Fonte do gráfico:
BCB

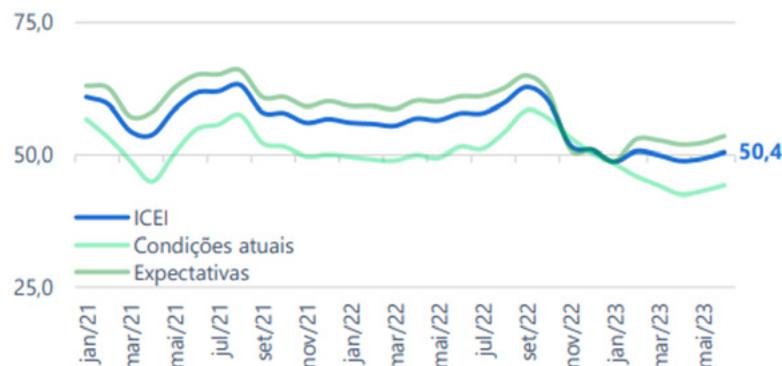
Elaboração:
Findes/Observatório
da Indústria



Expectativas de empresários e consumidores

A CNI apresentou os resultados de junho do Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) nacional, que mostrou um avanço na confiança da indústria, refletindo em uma transição da falta de confiança para a confiança. No mês, o ICEI avançou 1,2 ponto, saindo de 49,2 pontos para 50,4 pontos. Ao ultrapassar da linha de 50 pontos, que separa confiança de falta de confiança, o empresário industrial mostra quebra de uma sequência de três meses de falta de confiança. No índice de condições atuais, houve avanço de 1,1 ponto, atingindo 44,2 pontos. O índice de expectativas subiu 1,3 ponto em junho, para 53,5 pontos.

Índice de confiança do Empresário Industrial Brasil (Índice de 0 a 100 pontos)



Fonte do gráfico:
CNI

Elaboração:
Findes/Observatório
da Indústria



O Observatório da Indústria da Findes divulgou o Índice de Confiança do Empresário Industrial do Espírito Santo (ICEI-ES) referente ao mês de junho de 2023, que registrou aumento pelo terceiro mês consecutivo, atingindo o maior patamar do ano. Na passagem de maio para junho, o ICEI-ES avançou 2,1 pontos e alcançou a marca de 53,8 pontos, indicando confiança dos industriais do Espírito Santo. O aumento foi decorrente do avanço de 2,1 pontos tanto no índice de expectativas quanto no de condições atuais, os quais atingiram 56,4 pontos e 48,6 pontos, respectivamente.

Índice de confiança do Empresário Industrial do Espírito Santo (Índice de 0 a 100 pontos)



Fonte do gráfico:
Observatório da
Indústria

Elaboração:
Findes/Observatório
da Indústria



Mercado de trabalho

O Ministério do Trabalho e Previdência divulgou as informações do Novo Caged referentes à movimentação do mercado de trabalho formal no mês de maio de 2023. O Espírito Santo registrou abertura de 13.593 vagas no mês, resultado da diferença entre os admitidos (53.928) e os desligados (40.335). Esse saldo, o maior do ano, foi impulsionado, principalmente, pelas novas contratações resultantes do período de colheita de café, atividade relevante no estado. Com as novas contratações no mês, o estado acumula 29.169 postos criados de janeiro a maio de 2023. O mercado de trabalho brasileiro registrou abertura de 155.120 postos formais em maio. No acumulado de 2023, houve abertura de 865.360 postos no país.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresentou os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-C) referente aos meses de março, abril e maio de 2023. No período, a taxa de desocupação do país foi de 8,3%, recuando 0,3 pontos percentuais (p.p) em relação ao trimestre encerrado em fevereiro de 2023 (8,6%) e caiu 1,5 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior (9,8%). Além disso, é a menor taxa para o trimestre encerrado em maio de 2015, quando ficou em também em 8,3%. A população desocupada chegou a 8,9 milhões de pessoas, representando uma queda de -3,0% frente ao trimestre anterior.

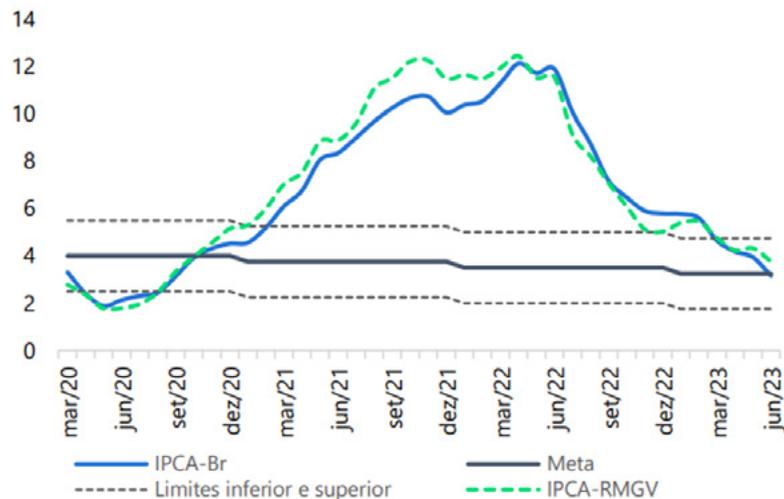


Inflação

O IBGE divulgou o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mostrou variação negativa de 0,08% em junho. O indicador ficou 0,31 p.p abaixo do observado em maio (0,23%) e registrou a primeira deflação desde setembro de 2022. Em junho, dos nove grupos pesquisados pelo IBGE, quatro apresentaram queda na taxa de variação dos preços, com destaque para alimentação e bebidas (-0,66%) e transportes (-0,41%). De janeiro a junho, a inflação acumula alta de 2,87%, enquanto nos últimos 12 meses cresceu 3,16%. Vale destacar também que, pela primeira vez no ano, a inflação nacional ficou abaixo da meta de inflação (3,25%) para 2023. Na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), a inflação de junho atingiu +0,06% e acumulou alta de 3,76% nos últimos 12 meses encerrados em junho.

Variação (%) do IPCA

Brasil e Espírito Santo (Base: acumulada em 12 meses)



Fonte do gráfico:
IBGE

Elaboração:
Findes/Observatório
da Indústria



Política Monetária

Em junho, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil decidiu manter em 13,75% a.a. a taxa básica de juros da economia brasileira, a taxa Selic. Em comunicado, o Copom ressaltou que o ambiente externo adverso e as expectativas de inflação desancoradas na economia doméstica estão entre os fatores que motivaram a decisão da instituição. Esse cenário externo adverso consiste na manutenção dos ciclos de elevação dos juros em determinadas economias, nas quais a inflação tem se mostrado resiliente. Vale ressaltar que, na semana passada o Federal Reserve (Fed) interrompeu o processo de elevação dos juros nos Estados Unidos, mantendo a taxa do país no intervalo entre 5,00% e 5,25% a.a, em que pese o presidente da instituição afirmar que existe a possibilidade de novos aumentos da taxa de juros do país americano até o final do ano.

Também em junho, o Conselho Monetário Nacional (CMN) anunciou a meta de inflação de 2026, que será de 3,0%, podendo variar 1,5 ponto percentual (p.p.) para cima ou para baixo, ou seja, entre 1,5% e 4,5%. Também no anúncio houve a comunicação que o regime de metas de inflação passará a ser contínua, sem levar em consideração o ano base. Dessa forma, a partir de 2025, as metas poderão ter um horizonte temporal mais extenso, sem seguir o ano calendário.

Evolução da taxa de juros no Brasil

Taxa Selic (% a.a.)



Fonte do gráfico:
BCB/Copom

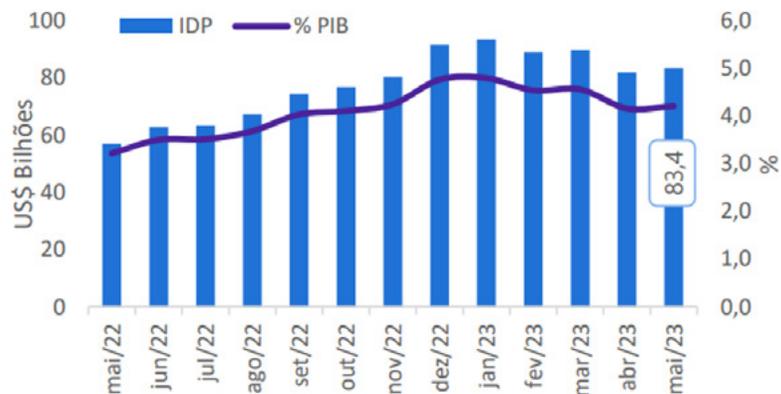
Elaboração:
Findes/Observatório
da Indústria



O Banco Central do Brasil (BCB) divulgou as estatísticas do setor externo referente a maio de 2023. No mês, os investimentos diretos no país (IDP) somaram ingressos líquidos na ordem de US\$ 5,4 bilhões. O IDP acumulado em 12 meses totalizou US\$ 83,4 bilhões, equivalente a 4,21% do PIB.

Investimentos Diretos no País (IDP)

Ingresso líquido acumulado em 12 meses (US\$ bi) e % do PIB



Fonte do gráfico:
BCB

Elaboração:
Findes/Observatório
da Indústria

O Banco Central publicou o resultado fiscal do Setor Público Consolidado (SPC) de maio de 2023. No mês, o SPC registrou um déficit primário de R\$ 50,2 bilhões em maio, ante um déficit de R\$ 33,0 bilhões no mesmo mês de 2022. O resultado foi decorrente do déficit disseminado de R\$ 43,2 bilhões do Governo Central, R\$ 5,5 bilhões nos Governos estaduais e de R\$ 0,2 bilhões das empresas estatais. No acumulado dos últimos 12 meses, o SPC apresenta superávit primário de R\$ 39,0 bilhões.

Resultado primário do Setor Público brasileiro, maio de 2023

R\$ bilhões



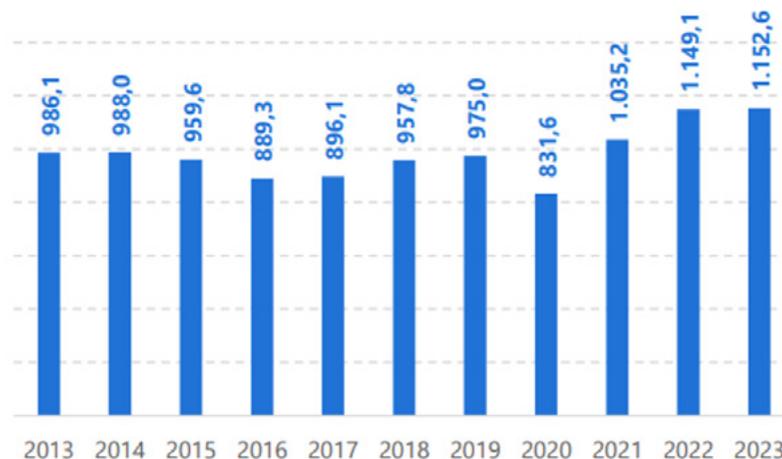
Fonte do gráfico:
BCB

Elaboração:
Findes/Observatório
da Indústria



A Receita Federal do Brasil (RFB) publicou o montante arrecadado pela instituição em junho de 2023. No mês, a arrecadação federal alcançou R\$ 180,47 bilhões, registrando decréscimo real (corrigido pelo IPCA) de 3,4% em relação a junho do ano anterior. O resultado da arrecadação de junho foi negativamente influenciado por alterações na legislação tributária (tais como as reduções de alíquotas IPI e PIS/COFINS sobre combustíveis) e por pagamentos atípicos, especialmente de IRPJ e CSLL. No acumulado do primeiro semestre de 2023, as receitas tributárias alcançaram o valor de R\$ 1,15 trilhão, refletindo uma alta real de 0,31% na comparação com o mesmo período de 2022. Esse foi o melhor desempenho arrecadatório para um primeiro semestre desde 2000.

Arrecadação das receitas federais* em R\$ bilhões



*Base: valores acumulados de janeiro a junho de cada ano, a preços fixos de junho de 2023.

Fonte do gráfico:
Receita Federal do
Brasil (RFB)

Elaboração:
Findes/Observatório
da Indústria



Panorama fiscal do Estado

Gestão orçamentária

Receita

Receita **total**

Composição da receita

Receita em **destaque**

Despesa

Despesa **total**

Comparativo da despesa **por função**

Resultado orçamentário

Gestão fiscal

Impacto dos royalties na RCL

Limites constitucionais e legais

Despesa com pessoal

Aplicação em **ensino**

Aplicação na **saúde**

Resultado primário e nominal

Gestão previdenciária

Resultado previdenciário

Clique nas abas para
acessar as informações



A Receita Total arrecadada em junho de 2023 (R\$ 1,8 bilhão) e no acumulado até junho de 2023 (R\$ 11,6 bilhões) apresentaram queda nominal de -9,2% e -6,2%, respectivamente, se comparadas com o mesmo período do ano passado. A média mensal arrecadada até junho deste ano (R\$ 1,9 bilhão) está abaixo da média mensal do mesmo período do ano passado (R\$ 2,1 bilhões) em -6,2%. No acumulado dos 6 meses de 2023, o Estado arrecadou em torno de 48% de toda a arrecadação do ano passado (R\$ 24,0 bilhões).

A arrecadação própria do Estado correspondeu a 71,4% da receita arrecada em junho de 2023, seguida pelas transferências da União (25,9%). O ICMS arrecadado no mês (R\$ 867 milhões) representa uma queda nominal de -3,1% em relação a junho de 2022, permanecendo, novamente, a arrecadação de 2023 abaixo do desempenho em relação aos meses correspondentes do ano passado. No acumulado do ano (R\$ 5,1 bilhões), o ICMS teve queda nominal de -1,7% em relação ao acumulado de 2022 no mesmo período (R\$ 5,2 bilhões). Nos 6 meses de 2023, o ICMS arrecadado corresponde em torno de 50% de todo o ICMS arrecadado no ano passado (R\$ 10,0 bilhões).

O recebimento das compensações financeiras do petróleo em junho de 2023 (R\$ 48 milhões), mês fora do recebimento trimestral das participações especiais, continua registrando queda nominal (-37,8%) em relação ao mesmo mês de 2022, registrando o sexto mês seguido, no ano corrente, de desempenho abaixo do mês correspondente do ano passado. No acumulado até junho (R\$ 480 milhões), houve queda nominal de -65,1% na mesma base de comparação com o ano passado (R\$ 1.377 milhões). Nos 6 meses de 2023, as rendas do petróleo correspondem em torno de 22% de todos os royalties e participações especiais arrecadados no ano passado (R\$ 2,2 bilhões).

As despesas liquidadas em junho de 2023 (R\$ 1,95 bilhão) representam uma queda nominal de -2,2% em relação ao mesmo mês de 2022, e acréscimo nominal de +8,3% no acumulado do ano (R\$ 9,94 bilhões). A função Previdência Social respondeu pelo maior gasto (R\$ 354 milhões) em junho de 2023, seguida de perto pela Saúde (R\$ 344 milhões). Educação (R\$ 271 milhões) e Segurança Pública (R\$ 166 milhões) vêm na sequência.

**Boletim da
Macrogestão
Governamental**[sumário](#)[Panorama
Econômico](#)[Finanças do
Estado](#)[Finanças dos
Municípios](#)

O resultado orçamentário do Estado no acumulado até junho de 2023 foi superavitário (R\$ 1,6 bilhão), uma queda nominal de -48,0% em relação ao superávit do mesmo período de 2022 (R\$ 3,2 bilhões), fruto, essencialmente, do aumento das despesas (+8,3%) e da queda da receita total (-6,2%) no período.

A Receita Corrente Líquida, importante parâmetro fiscal para a observância de limites, atingiu R\$ 20,7 bilhões (acumulada em 12 meses) em junho de 2023, abaixo do desempenho da RCL observado desde junho/2022, e segue tendência de queda. A despesa total com pessoal para fins da LRF de todos os órgãos estaduais está abaixo dos limites de alerta, prudencial e legal.

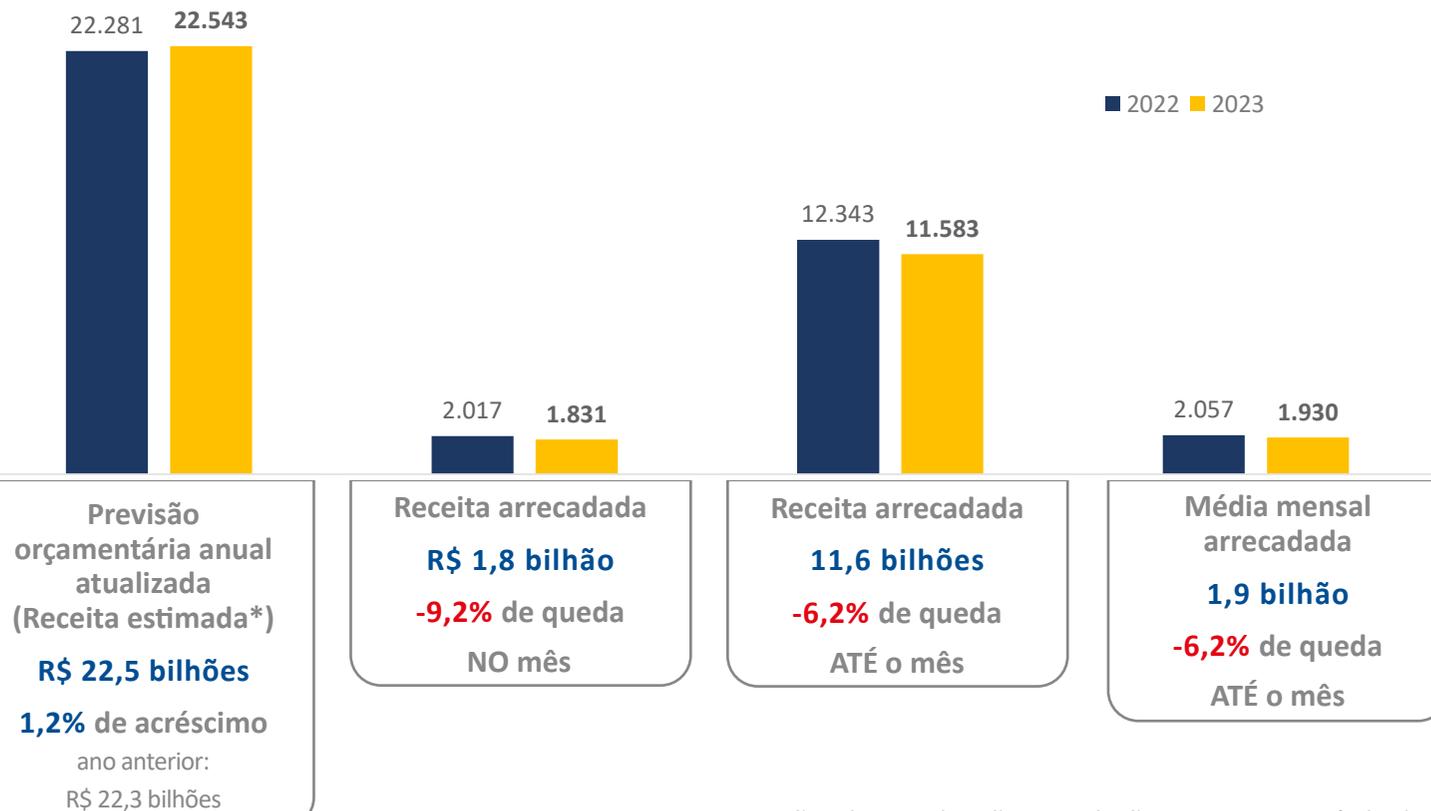
O impacto da receita com royalties e participações especiais, que são recursos finitos, na composição da Receita Corrente Líquida passou de 11,6% (média) em 2022 para 7,7% (média) em 2023 (até junho). Os possíveis cenários de redução dos royalties e o impacto nos limites de pessoal mostram que nenhum Poder ou Órgão estadual atingiria qualquer limite na hipótese de uma redução total nas receitas de compensação financeira (royalties e participações especiais).

O Resultado Primário atingiu R\$ 71 milhões (negativo) até junho de 2023, demonstrando a necessidade de esforço fiscal do governo do estado no controle do endividamento. O sistema previdenciário do estado apresenta desempenho geral esperado: o Fundo Previdenciário superavitário e o Fundo Financeiro e o Fundo de Proteção Social dos Militares deficitários.

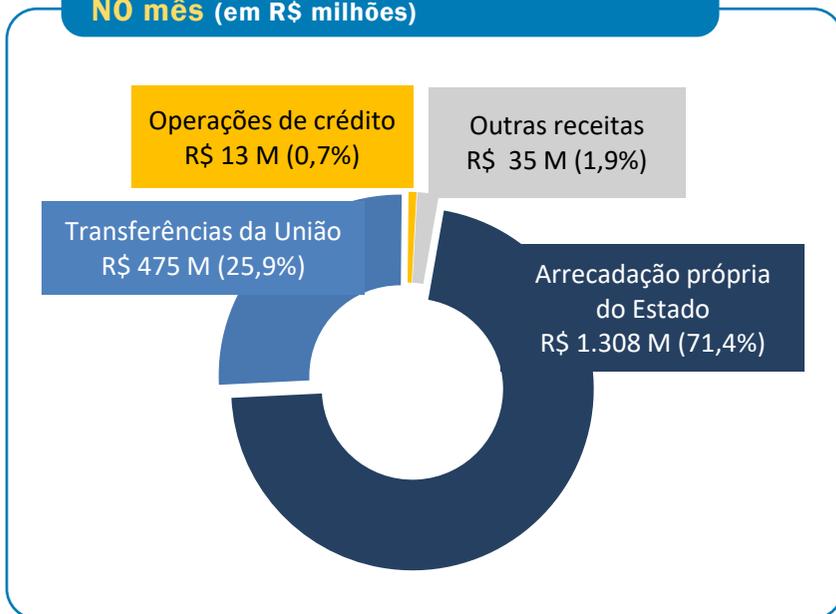


*Estimativa de acordo com a Lei Orçamentária Anual (LOA) do Estado do Espírito Santo (exercício 2022), atualizada pela abertura de créditos adicionais.

Fonte do gráfico:
Sigefes e Painel de
Controle TCEES

Receita total (em R\$ milhões)


As variações destacadas são em relação ao mesmo período do ano anterior.


Composição da receita arrecadada
NO mês (em R\$ milhões)

Composição da receita arrecadada
ATÉ o mês (em R\$ milhões)

nota

Outras receitas: grupo de receitas constituído por receitas correntes intraorçamentárias.

Fonte dos gráficos:
Painel de Controle
TCEES

**nota**

As Participações Especiais dos Royalties do Petróleo ocorrem trimestralmente a cada ano, sendo o repasse efetivado bimestralmente após a apuração.

Fonte dos gráficos:
Painel de Controle
TCEES

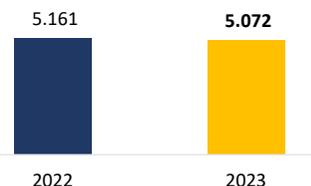
Arrecadação de ICMS - 2022 e 2023 (em R\$ milhões)



	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
— 2022	889	829	795	870	883	895	867	760	767	808	827	816
— 2023	884	806	735	948	832	867						

R\$ 867 milhões arrecadados NO mês.

-3,1% de queda (em relação ao mesmo mês do ano anterior) e **4,2%** de aumento (em relação ao mês anterior).

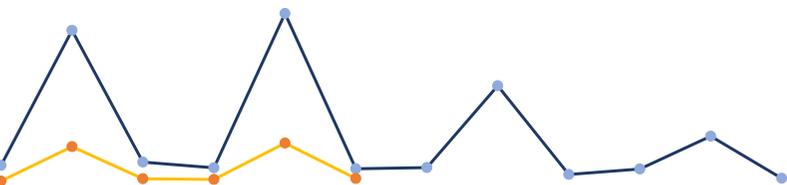


R\$ 5,1 bilhões
acumulado ATÉ o mês.

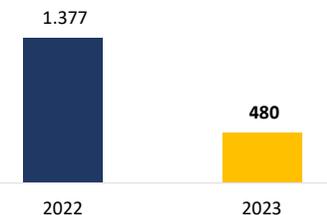
-1,7% de queda

(em relação ao mesmo período do ano anterior).

Receita da compensação financeira 2022 e 2023 (em R\$ milhões)



	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
— 2022	88	492	97	81	542	78	81	326	61	77	175	49
— 2023	41	144	47	46	154	48						

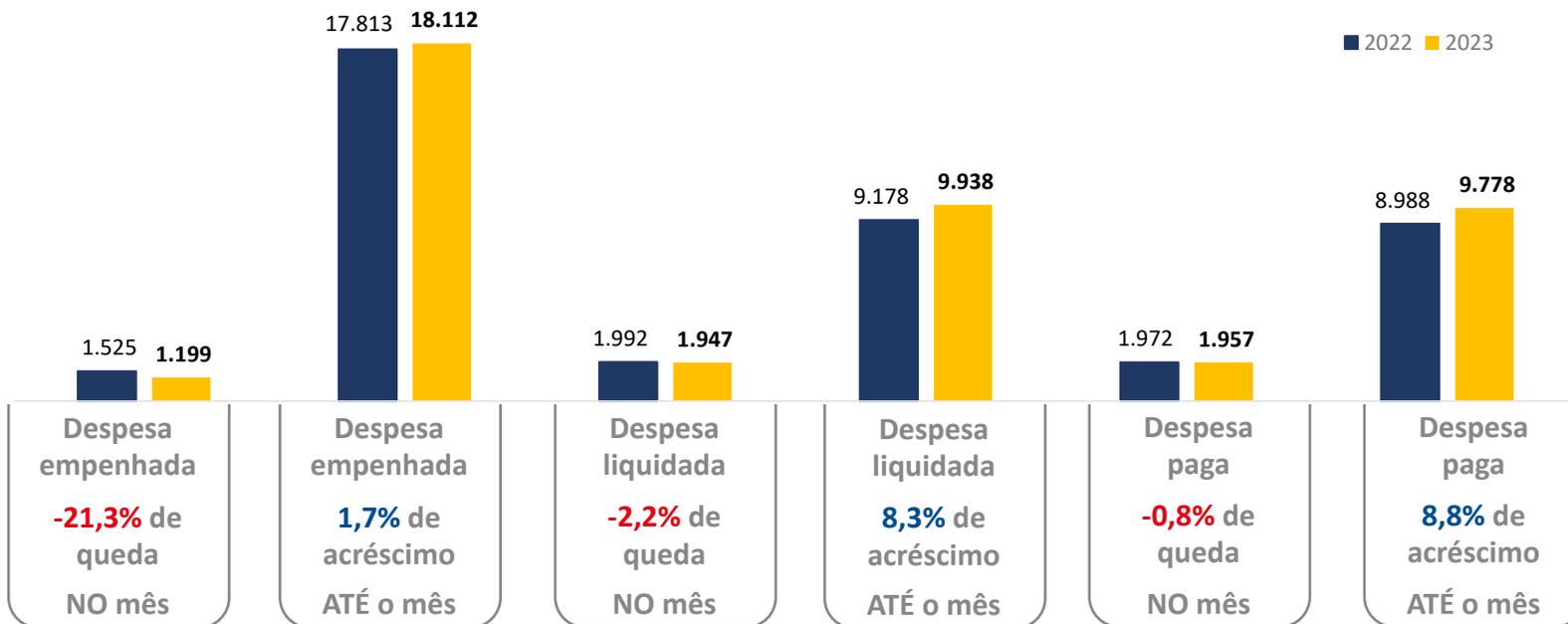


R\$ 480 milhões

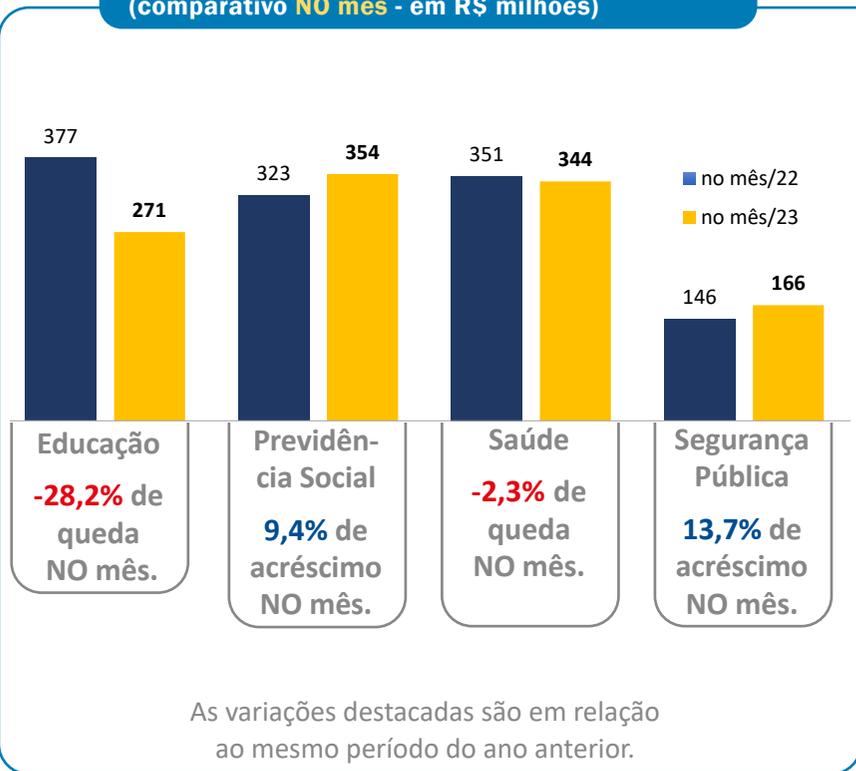
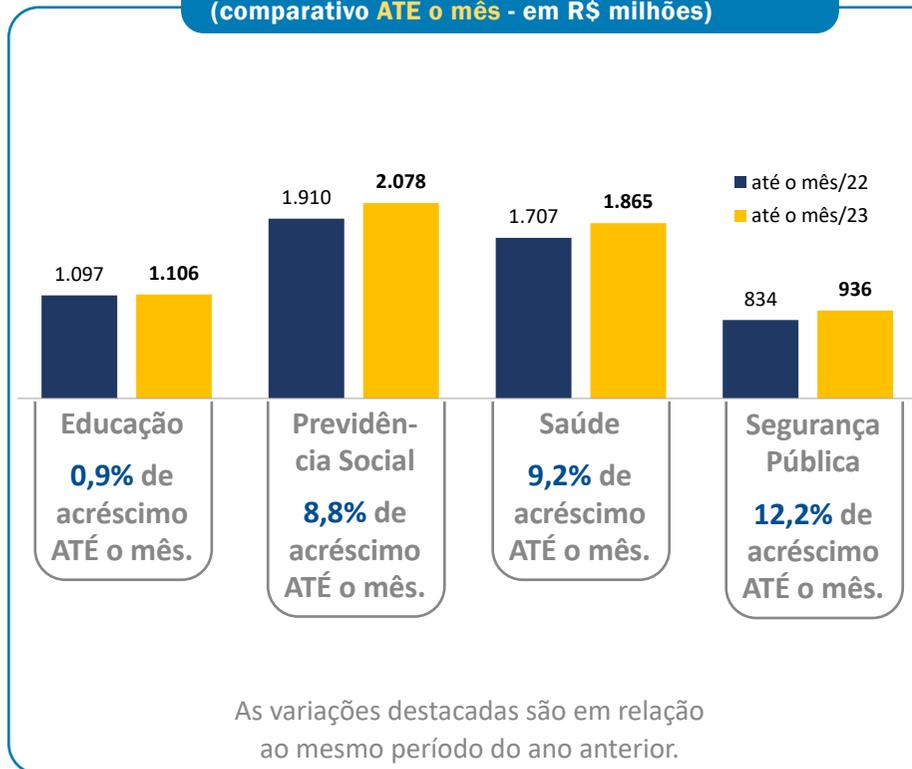
-65,1% de queda

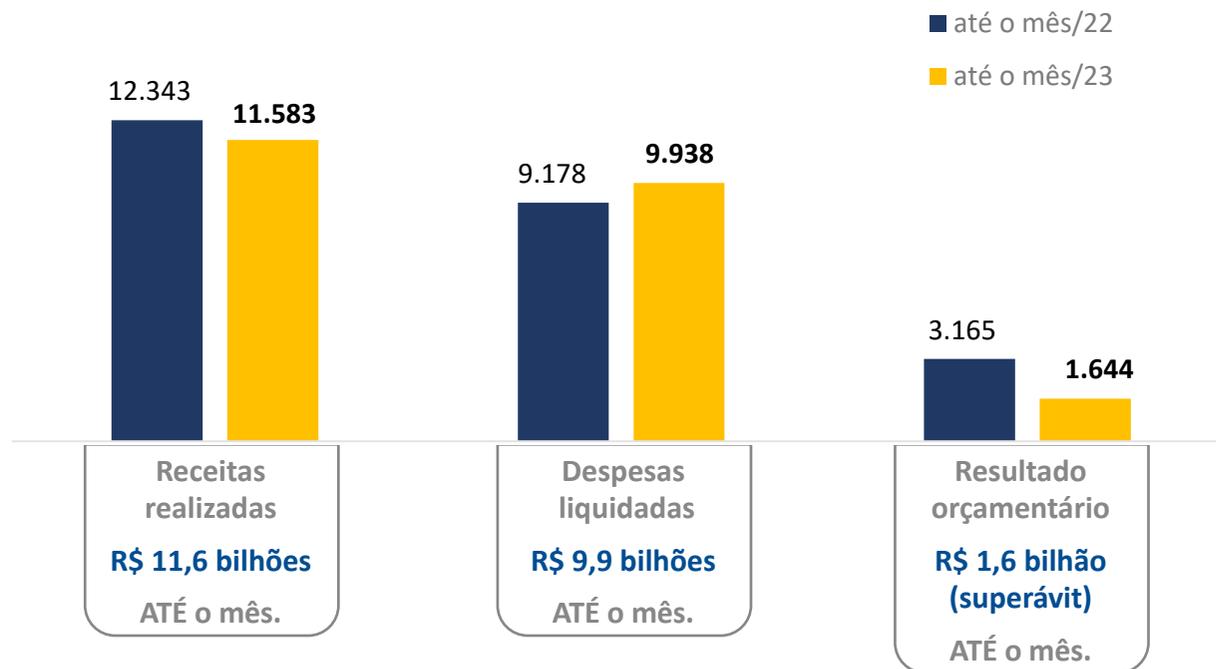
(em relação ao mesmo período do ano anterior).

Receita de compensações financeiras (cota-parte de recursos hídricos, minerais e royalties) arrecadada **ATÉ o mês**.

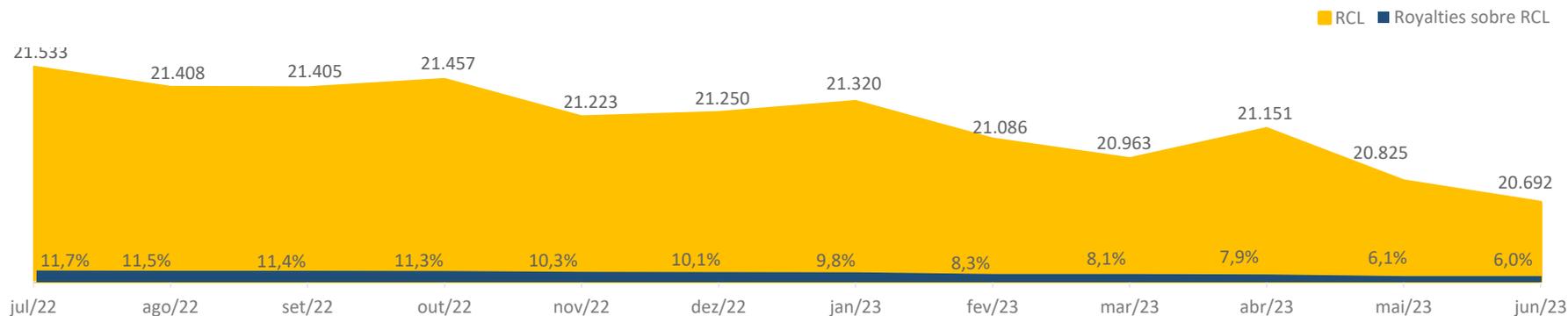

Despesa empenhada, liquidada e paga
(em R\$ milhões)


As variações destacadas são em relação ao mesmo período do ano anterior.


Despesa liquidada por função de governo
(comparativo **NO** mês - em R\$ milhões)

Despesa liquidada por função de governo
(comparativo **ATÉ** o mês - em R\$ milhões)


**Resultado orçamentário**
(ATÉ o mês - em R\$ milhões)

-48% de variação nominal em relação ao acumulado no ano anterior.


Impacto dos royalties + PE (%) na RCL
(últimos 12 meses - em R\$ milhões)


6% de participação dos royalties na receita corrente líquida DO mês.

O gráfico destaca o impacto da receita com royalties e participações especiais, que são recursos finitos, na composição da Receita Corrente Líquida nos últimos 12 meses.



Limites da despesa com pessoal em relação à RCL Ajustada

DESPESA COM PESSOAL	ALERTA 90% do limite legal	PRUDENCIAL 95% do limite legal	LEGAL
Ente Consolidado	54,00%	57,00%	60,00%
Poder Executivo	44,10%	46,55%	49,00%
Poder Judiciário	5,40%	5,70%	6,00%
Ministério Público	1,80%	1,90%	2,00%
Assembleia Legislativa	1,53%	1,62%	1,70%
Tribunal de Contas	1,17%	1,24%	1,30%

Receita Corrente Líquida ajustada NO mês: **R\$ 20.683.512.875,45**

A despesa total com pessoal de cada um dos Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e órgãos (Tribunal de Contas e Ministério Público), bem como o Ente Consolidado (soma de todos Poderes e órgãos) compreende o somatório dos gastos com ativos, inativos e pensionistas (despesa bruta com pessoal), deduzidos alguns itens explicitados pela LRF.

A despesa total com pessoal é apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, da mesma forma que ocorre no cálculo da RCL.

A despesa com pessoal em cada período de apuração não poderá exceder percentuais da Receita Corrente Líquida Ajustada (RCL) previstos na LRF, conforme os limites estabelecidos na tabela.

**nota**

Metodologia de cálculo da despesa com pessoal para 2021 conforme IN TC 72/2021.

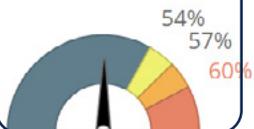
Fonte do gráfico:
Sigefes

Consolidado

Despesa com pessoal

R\$ 9,89B

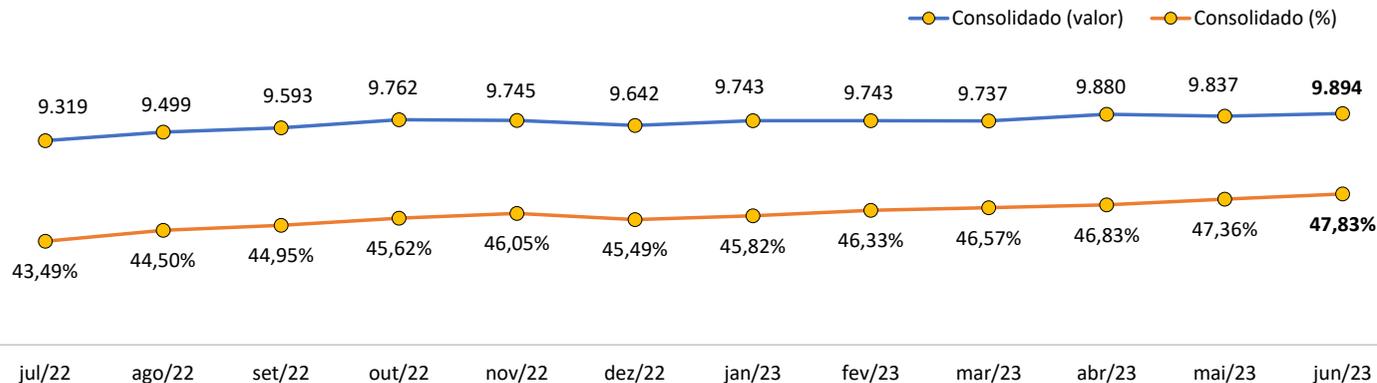
% da RCL

47,83%


Abaixo
de todos os
limites de
pessoal da
LRF.

Despesa com pessoal Consolidado

(últimos 12 meses, em R\$ milhões e % da RCL Ajustada)





*Inclui a Defensoria Pública Estadual (órgão autônomo que não possui limite de despesa com pessoal estabelecido em lei).

nota

Metodologia de cálculo da despesa com pessoal para 2021 conforme IN TC 72/2021.

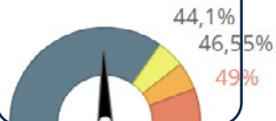
Fonte do gráfico:
Sigefes

Poder Executivo

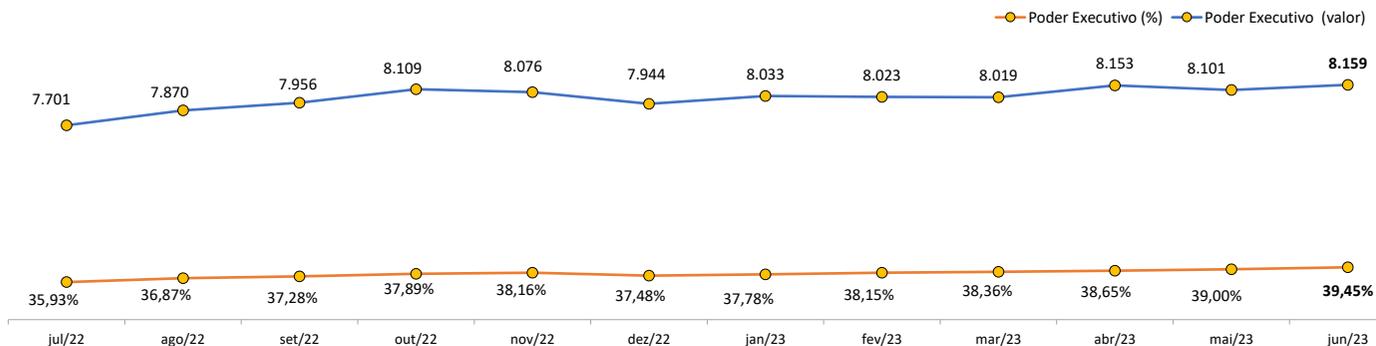
Despesa com pessoal

R\$ 8,16B

% da RCL

39,45%
**Abaixo**

de todos os
limites de
pessoal da
LRF.

Despesa com pessoal do Poder Executivo*
 (últimos 12 meses, em R\$ milhões e % da RCL Ajustada)




nota
Metodologia de
cálculo da despesa
com pessoal para
2021 conforme IN TC
72/2021.

Fonte do gráfico:
Sigefes

Poder Judiciário

Despesa com pessoal

R\$ 1,05B

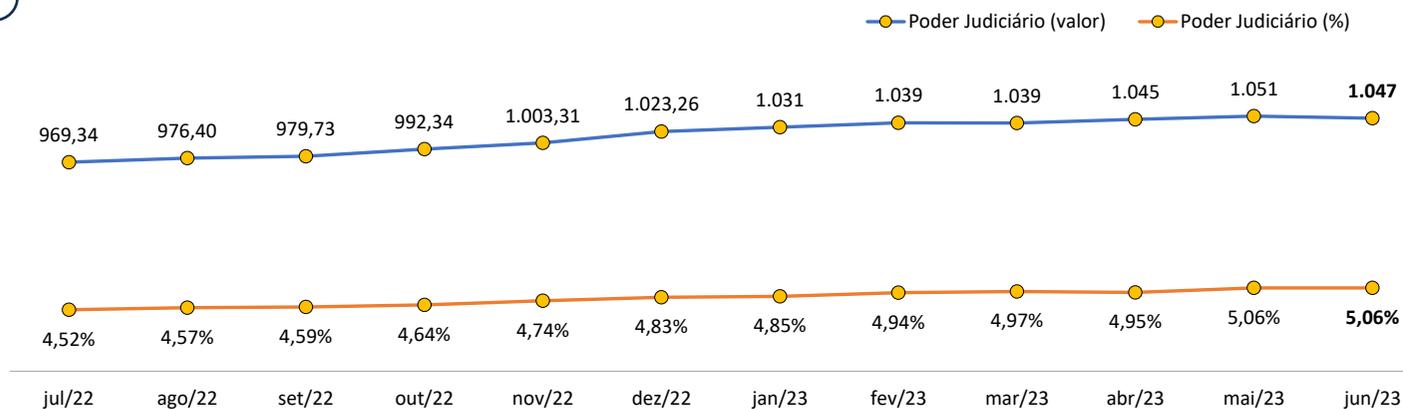
% da RCL

👍 **5,06%**

Abaixo
de todos os
limites de
pessoal da
LRF.

Despesa com pessoal do Poder Judiciário

(últimos 12 meses, em R\$ milhões e % da RCL Ajustada)



**nota**

Metodologia de cálculo da despesa com pessoal para 2021 conforme IN TC 72/2021.

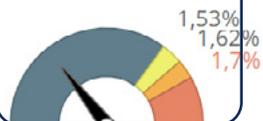
Fonte do gráfico:
Sigefes

Assembleia Legislativa

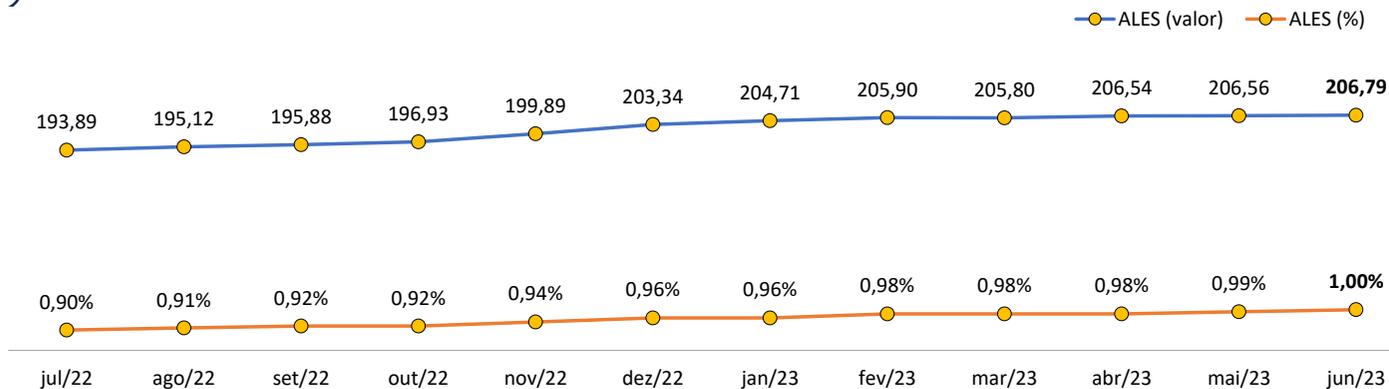
Despesa com pessoal

R\$ 206,79M

% da RCL

👍 **1,00%****Abaixo**de todos os
limites de
pessoal da
LRF.**Despesa com pessoal da Ales**

(últimos 12 meses, em R\$ milhões e % da RCL Ajustada)



**nota**

Metodologia de cálculo da despesa com pessoal para 2021 conforme IN TC 72/2021.

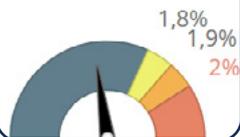
Fonte do gráfico:
Sigefes

Ministério Público

Despesa com pessoal

R\$ 318,88M

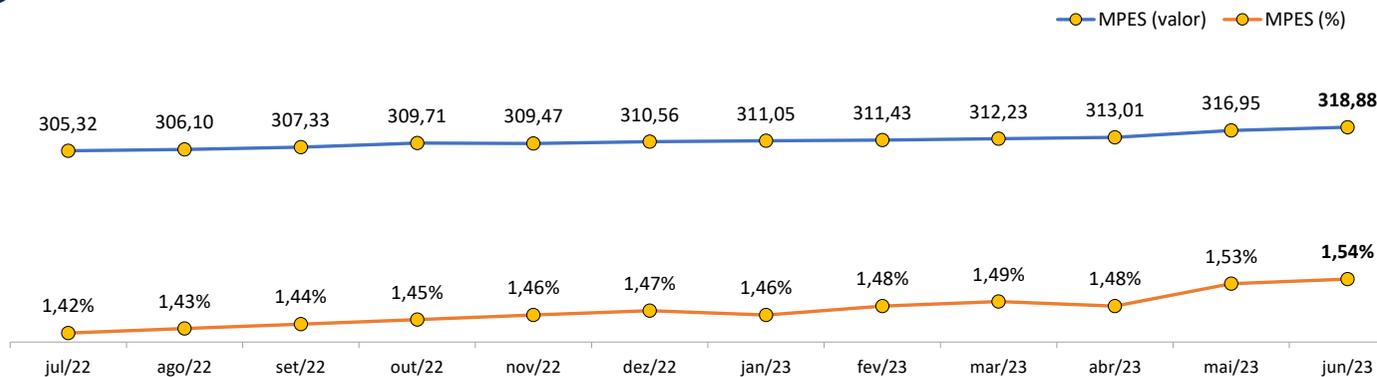
% da RCL

1,54%


Abaixo
de todos os
limites de
pessoal da
LRF.

Despesa com pessoal do MPES

(últimos 12 meses, em R\$ milhões e % da RCL Ajustada)



**nota**

Metodologia de cálculo da despesa com pessoal para 2021 conforme IN TC 72/2021.

Fonte do gráfico:
Sigefes

Tribunal de Contas

Despesa com pessoal

R\$ 162M

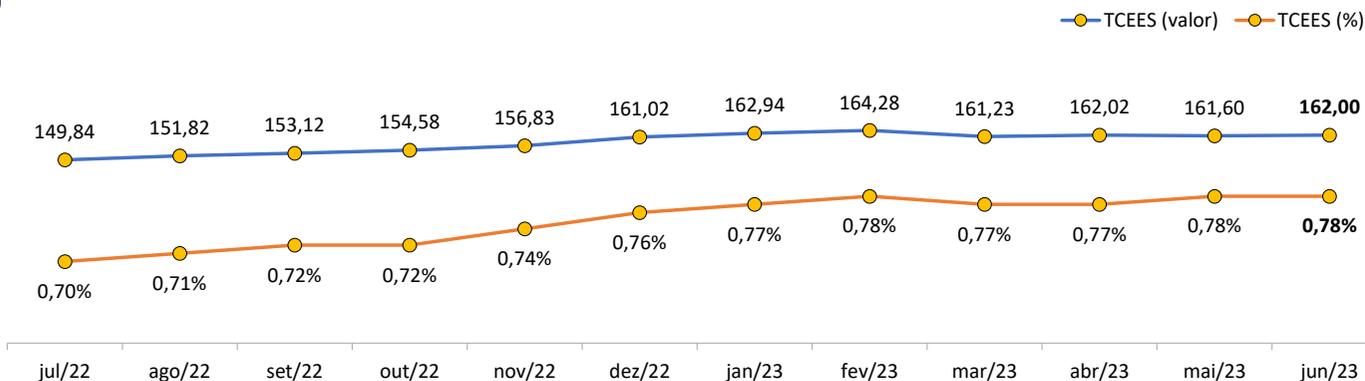
% da RCL

👍 **0,78%**

Abaixo
de todos os
limites de
pessoal da
LRF.

Despesa com pessoal do TCEES

(últimos 12 meses, em R\$ milhões e % da RCL Ajustada)





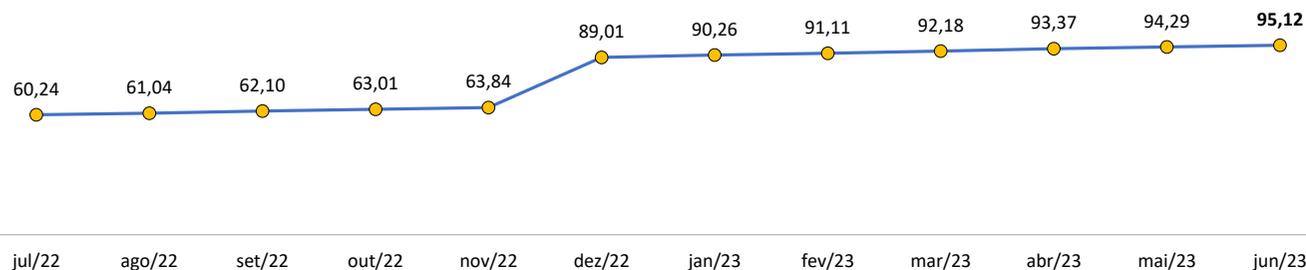
Defensoria Pública

Despesa com pessoal*

R\$ 95,12M

Valor incluído no
cômputo do limite
estabelecido pela
LRF para o Poder
Executivo do
Estado.

Despesa com pessoal da Defensoria Pública
(últimos 12 meses, em R\$ milhões e % da RCL Ajustada)



*No cálculo referente a este mês já estão inclusos os valores com inativos e pensionistas, conforme recomendação contida no Processo TC 4.201/2022.

nota

Metodologia de cálculo da despesa com pessoal para 2021 conforme IN TC 72/2021.

Fonte do gráfico:
Sigefes

**cenários da despesa com pessoal**

Considerando redução dos royalties NO mês

Redução dos Royalties (Cenários)	Ente (Consolidado)	Executivo	TJ	MP	Ales	TC
0%	47,83%	39,45%	5,06%	1,54%	1,00%	0,78%
-50%	49,32%	40,68%	5,22%	1,59%	1,03%	0,81%
-100%	50,91%	41,98%	5,39%	1,64%	1,06%	0,83%

A tabela possibilita observar que:

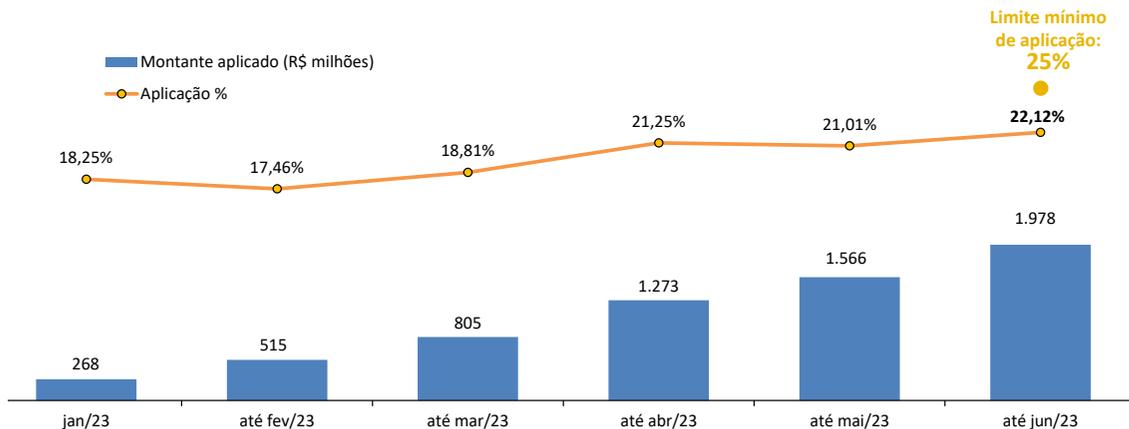
Nenhum Poder/Órgão atingiria qualquer limite de pessoal na hipótese de uma redução total nas receitas de compensação financeira (royalties).

As receitas de compensação financeira oriundas da produção de petróleo estão classificadas no grupo de transferências correntes, compondo a base de cálculo da Receita Corrente Líquida (RCL). Como se trata de recursos de alta volatilidade e de natureza transitória, a tabela em destaque aponta quais seriam os percentuais de despesa total com pessoal, por poder e órgão, considerando a hipótese de redução gradual desse tipo de receita de compensação financeira.



Aplicação de recursos no ensino (MDE 25%)*

Acumulado ATÉ o mês - em R\$ milhões e % da receita



22,12%

(das receitas resultantes de impostos, incluídas as transferências constitucionais).

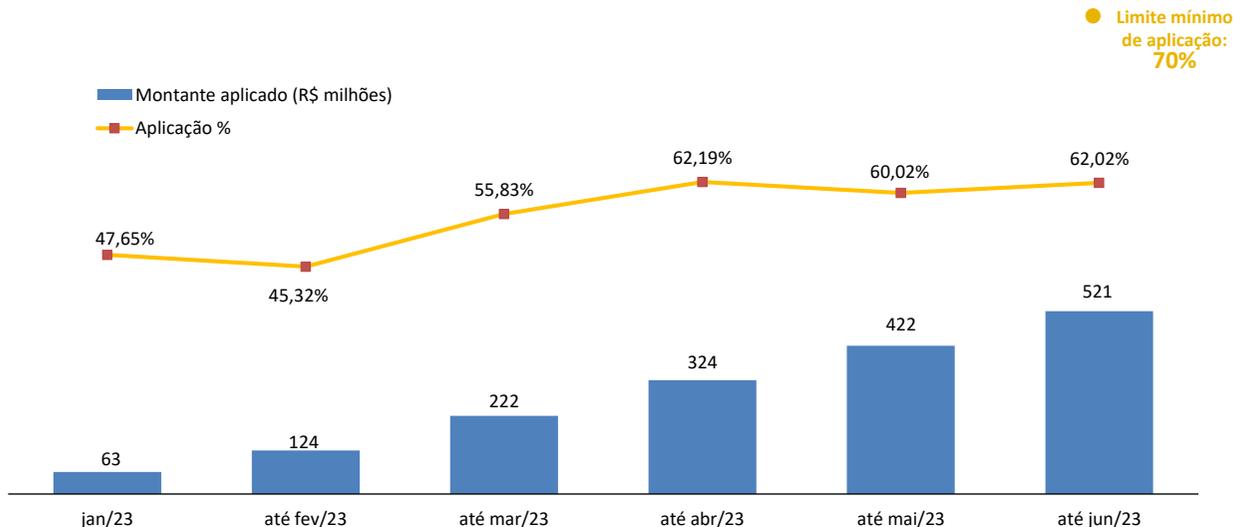
R\$ 1.978 milhões

(valor aplicado no ensino pelo Estado ATÉ o mês).

*A verificação quanto ao cumprimento do limite mínimo de aplicação dos recursos em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), no montante de 25% das receitas resultantes de impostos, incluídas as transferências constitucionais é anual. O gráfico permite o acompanhamento dos dados acumulados até cada mês do ano.



Aplicação de recursos no pagamento dos profissionais da educação básica (Fundeb 70%)* - acumulado ATÉ o mês - em R\$ milhões e % da receita do Fundeb



R\$ 521 milhões

(valor aplicado no ano pelo Estado na remuneração dos profissionais da educação básica).

62,02%

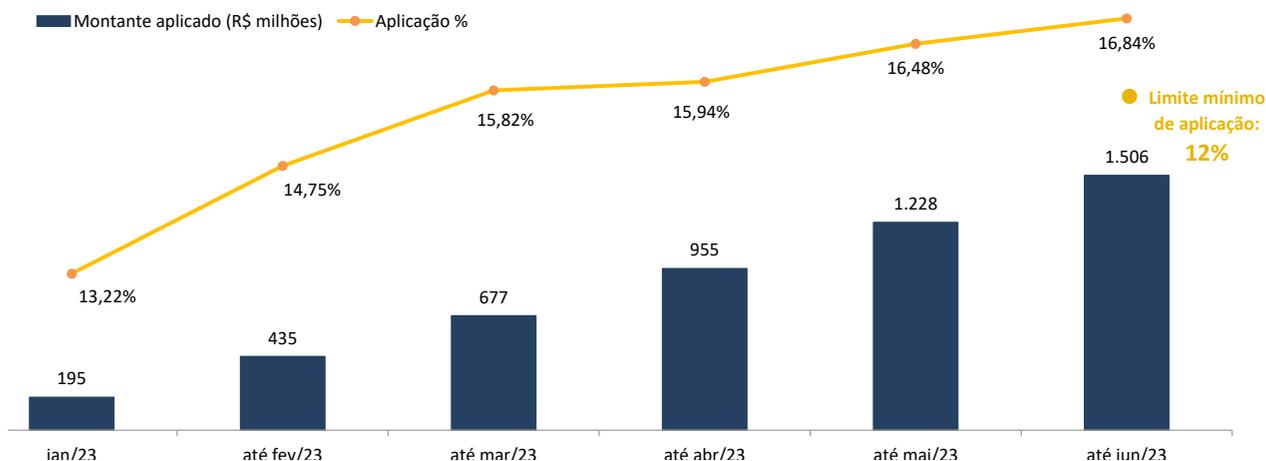
(resultante de recursos do Fundeb).

*A verificação quanto ao cumprimento de aplicação do limite mínimo de 70% dos recursos recebidos pelo Estado relativos ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), na remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício, ocorre anualmente. O gráfico permite o acompanhamento dos dados acumulados até cada mês do ano.



Acompanhamento da aplicação em saúde*

(Acumulado ATÉ o mês - em R\$ milhões e % da receita)

**16,84%**

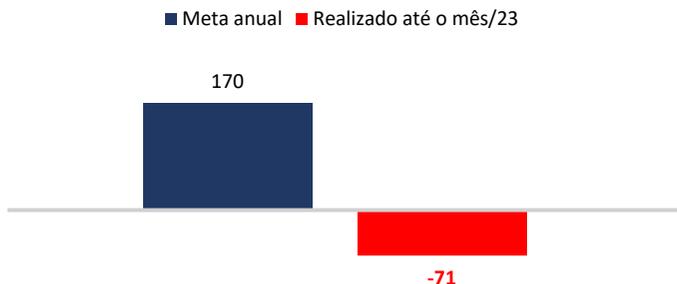
(receitas resultantes de impostos, incluídas as transferências constitucionais).

R\$ 1.506 milhões
aplicados no ano.

*A verificação do cumprimento do limite mínimo de aplicação (12%) em ações e serviços públicos de Saúde é anual. O gráfico permite o acompanhamento dos dados acumulados até cada mês do ano.

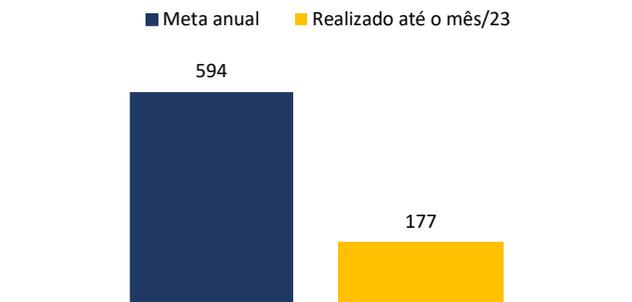


Resultado primário (em R\$ milhões)



R\$ 71 milhões de déficit ATÉ o mês.

Resultado nominal (em R\$ milhões)



R\$ 177 milhões de superávit ATÉ o mês.

O Resultado Primário é conceituado pela diferença entre Receitas Primárias e Despesas Primárias do Estado. Em caso de diferença positiva, tem-se um superávit primário; caso a diferença seja negativa, tem-se um déficit primário.

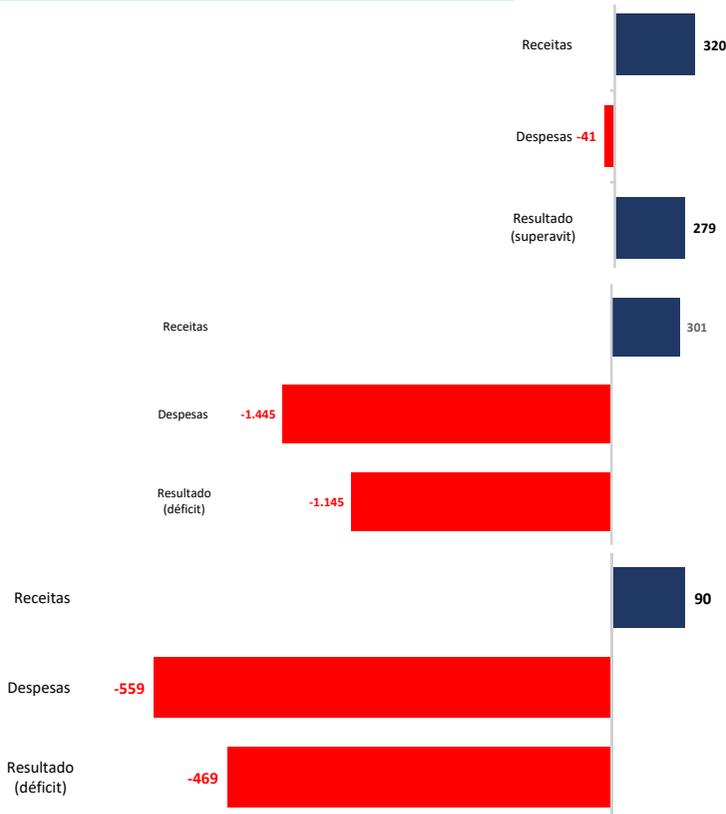
As Receitas Primárias correspondem às receitas orçamentárias que efetivamente diminuem o montante da Dívida Consolidada Líquida, ou seja, que aumentem as disponibilidades de caixa do ente sem um equivalente aumento no montante de sua dívida consolidada.

As despesas primárias correspondem às despesas orçamentárias que diminuem o estoque das disponibilidades de caixa e haveres financeiros, sem

uma contrapartida em forma de diminuição equivalente no estoque da dívida consolidada.

Superávits primários representam esforço fiscal no sentido de diminuição da Dívida Consolidada Líquida. Em contrapartida, déficits primários têm como implicação o aumento da Dívida Consolidada Líquida.

O Resultado Nominal representa a variação da Dívida Consolidada Líquida em dado período e pode ser obtido a partir do Resultado Primário por meio da soma da conta de juros (juros ativos menos juros passivos).

Acumulado ATÉ o mês
(em R\$ milhões)

Fundo Previdenciário
R\$ 279 milhões de superávit.

Fundo Financeiro
R\$ 1.145 milhões de déficit.*

Fundo de Proteção Social dos Militares
R\$ 469 milhões de déficit.*

A LC Estadual nº 282/2004 criou os Fundos Financeiro (FF) e Previdenciário (FP). O FF se destina ao pagamento dos benefícios previdenciários aos servidores que tenham ingressado no serviço público estadual e aos aposentados e pensionistas que já recebam benefícios previdenciários do Estado, até a data de publicação da Lei. O FP se destina ao pagamento dos benefícios previdenciários aos servidores titulares de cargo efetivo que ingressaram no serviço público estadual após a publicação desta lei. Além disso, a LC Estadual nº 943 (de 16/3/2020) criou o Fundo de Proteção Social dos Militares – FPS**.



Panorama fiscal dos Municípios

Gestão **orçamentária**

Receita

Receita **total**

Composição da receita

Despesa

Despesa **total**

Comparativo da despesa **por função**

Resultado orçamentário

Gestão **fiscal**

Limites constitucionais e legais

Despesa com **peçoal**

Aplicação em **ensino**

Despesa com **saúde**

Clique nas abas para
acessar as informações

**Boletim da
Macrogestão
Governamental**[sumário](#)[Panorama
Econômico](#)[Finanças do
Estado](#)[Finanças dos
Municípios](#)

Os 77 municípios capixabas adimplentes com os dados até junho mostraram, no conjunto, uma arrecadação maior (+7,2% nominal) no acumulado até junho de 2023 (R\$ 10,8 bilhões) em relação ao mesmo período de 2022 (R\$ 10,1 bilhões). As principais origens de arrecadação dos municípios no acumulado do ano são as transferências do Estado (39%) e a arrecadação própria (32%) seguidos pela transferência da União (24%), denotando a dependência (63%) dos entes municipais em relação a outros entes federados.

Os municípios capixabas aumentaram em +21,7% suas despesas liquidadas até junho de 2023 em relação ao mesmo período de 2022, com destaque para a participação da Função Educação (R\$ 2.750 milhões) e Saúde (R\$ 1.790 milhões).

No conjunto, os municípios capixabas obtiveram um superávit orçamentário no acumulado até junho de 2023 (R\$ 1,6 bilhão) menor (-36,1% nominal) ao do mesmo período de 2022 (R\$ 2,5 bilhões).

Dos 77 municípios capixabas que apresentaram os dados de junho de 2022 até 27/7/2023, a grande maioria (58 municípios, ou 74%) está abaixo de todos os limites de gastos com pessoal, 11 municípios estão acima do alerta, 7 acima do limite prudencial e 1 do limite legal.

Em decorrência da EC 119/2022, que alterou o artigo 119 do ADCT, os municípios com aplicação deficitária na manutenção e desenvolvimento do ensino ocorrida entre 2020 e 2021 ficam obrigados a complementar, até o exercício de 2023, a diferença a menor entre o valor aplicado e o valor mínimo exigível constitucionalmente para os exercícios de 2020 e 2021. Segundo Painel de Controle do TCEES, os municípios que atualmente se encontram nesta situação e seus valores são: Conceição da Barra (R\$ 2.424.535,00); Divino de São Lourenço (R\$ 55.611,88); Guaçuí (R\$ 1.994.977,15); Guarapari (R\$ 19.847.550,81); e Linhares (R\$ 9.065.673,46).



Boletim da Macrogestão Governamental

 [sumário](#)

[Panorama
Econômico](#)

[Finanças do
Estado](#)

[Finanças dos
Municípios](#)

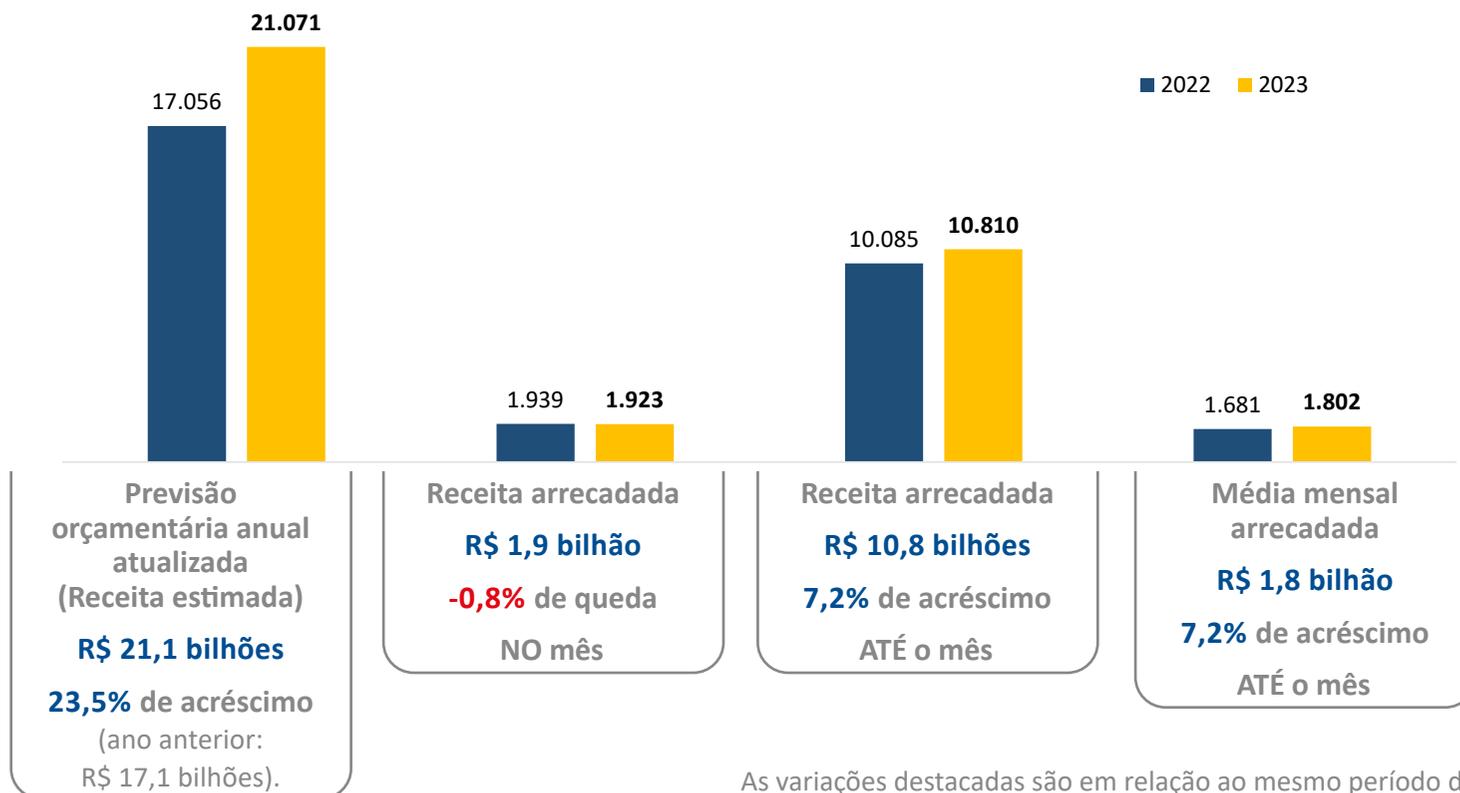
Dados levantados conforme a LOA dos **77 municípios que homologaram** suas contas mensais até 27/07/2023 no TCE, consideradas de forma agregada e atualizadas pela abertura de créditos adicionais.

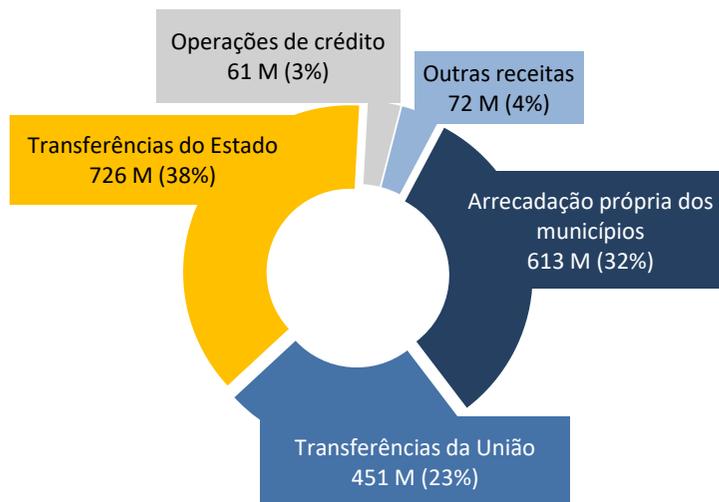
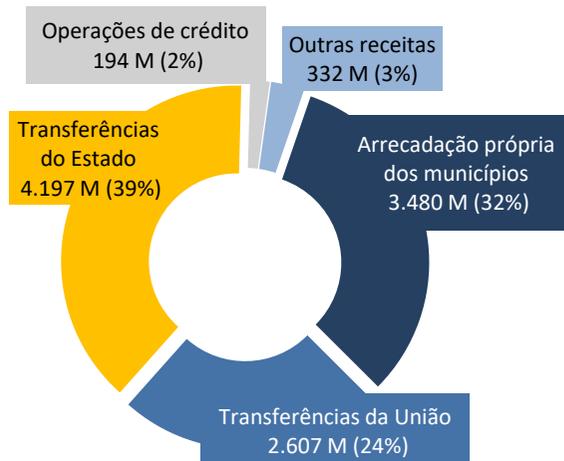
Dos 78 municípios, **1 não apresentou os dados** de junho até 27/07/2023, não tendo seus dados considerados:

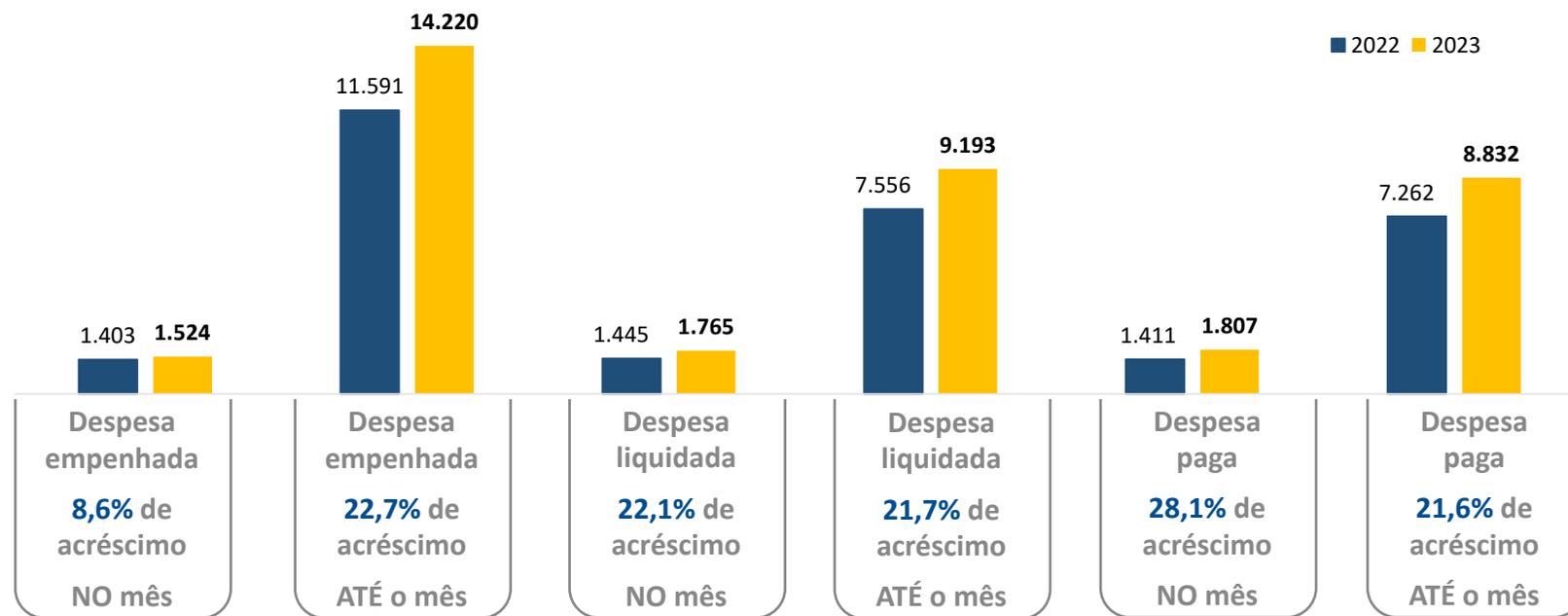
- ▶ Boa Esperança



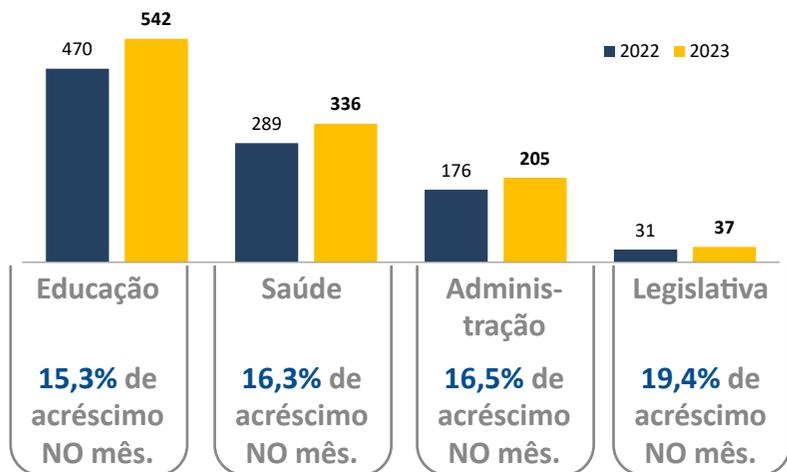
Receita total (em R\$ milhões)



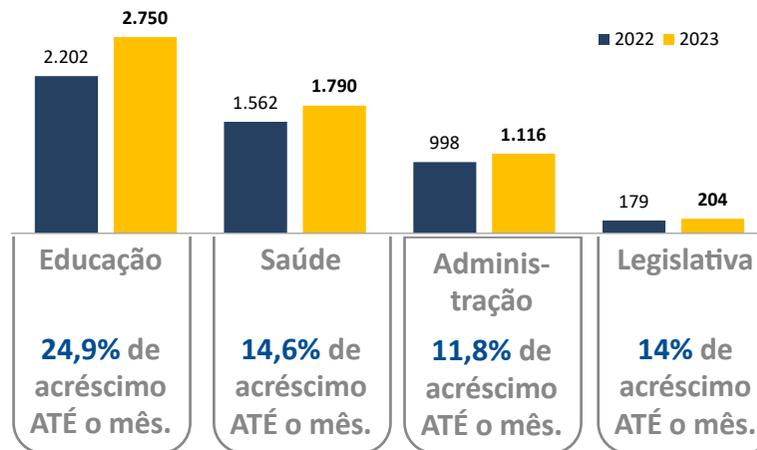
**Composição da receita arrecadada**
NO mês (em R\$ milhões)**Composição da receita arrecadada**
ATÉ o mês (em R\$ milhões)


Despesa empenhada, liquidada e paga
(em R\$ milhões)


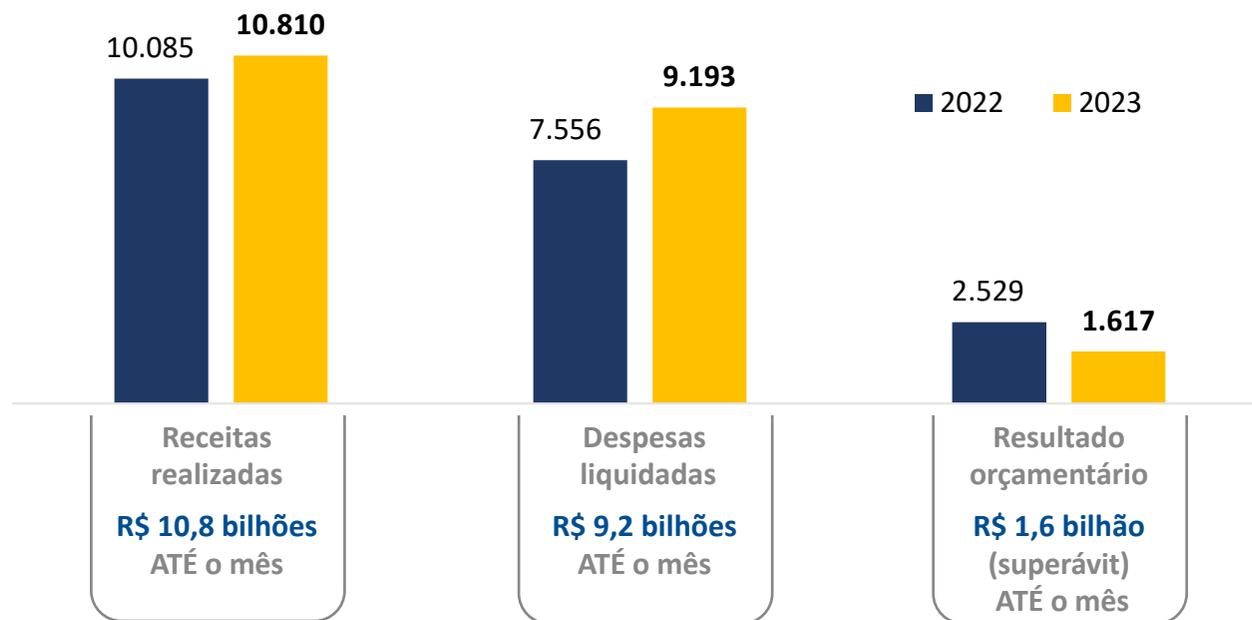
As variações destacadas são em relação ao mesmo período do ano anterior.


Despesa liquidada por função de governo
(comparativo **NO** mês - em R\$ milhões)


As variações destacadas são em relação ao mesmo período do ano anterior.

Despesa liquidada por função de governo
(comparativo **ATÉ** o mês - em R\$ milhões)


As variações destacadas são em relação ao mesmo período do ano anterior.

**Acumulado até o mês**
(em R\$ milhões)

-36,1% de variação nominal negativa em relação ao acumulado no ano anterior.
(quando houve superávit de R\$ 2,5 bilhões).

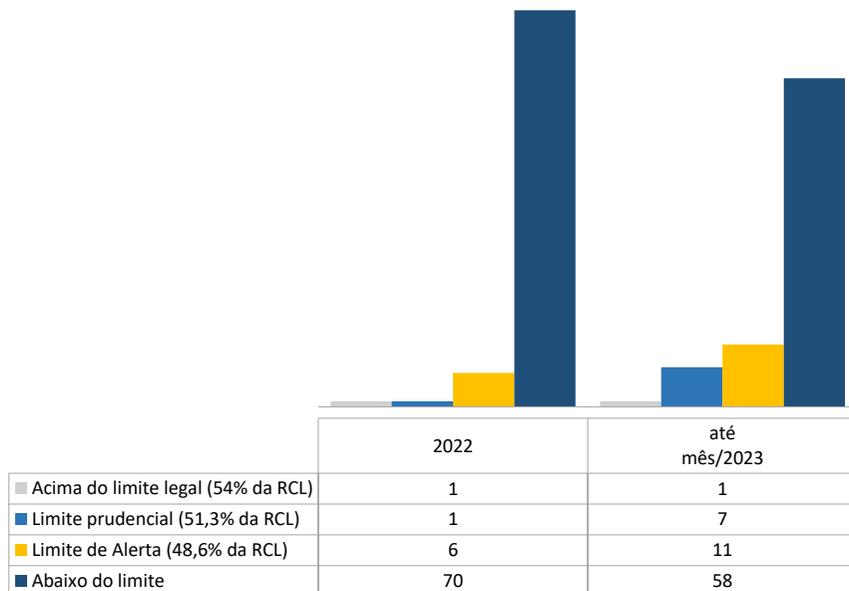


*O município de Boa Esperança não enviou os dados.

Fonte dos gráficos:
Painel de Controle
TCEES

Poder executivo municipal

Quantidade de municípios por faixa de limites da LRF

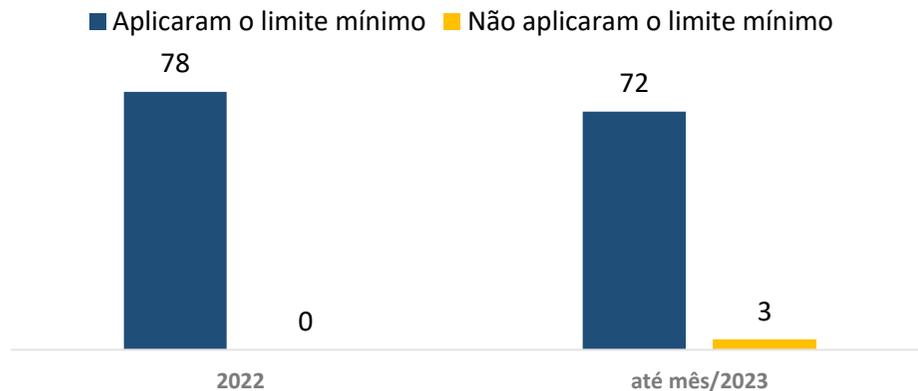


No período analisado, **entre os 77* municípios adimplentes, 58 estão abaixo de todos os limites de despesa com pessoal** do Poder Executivo municipal.


Complementação a ser realizada, em 2023, da aplicação deficitária na manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme EC 119/2022*
Complementação devida em 2023

Município	Saldo deficitário de 2020 e 2021
Conceição da Barra	2.424.535,00
Divino de São Lourenço	55.611,88
Guaçuí	1.994.977,15
Guarapari	19.847.550,81
Linhares	9.065.673,46

*Altera o artigo 119 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para determinar a impossibilidade de responsabilização dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos agentes públicos desses entes federados pelo descumprimento, nos exercícios financeiros de 2020 e 2021, do disposto no caput do art. 212 da Constituição Federal, bem como para **obrigar o ente a complementar na aplicação da manutenção e desenvolvimento do ensino, até o exercício financeiro de 2023, a diferença a menor entre o valor aplicado e o valor mínimo exigível constitucionalmente para os exercícios de 2020 e 2021.**

**Quantidade de municípios que aplicaram (ou não) o limite mínimo exigível em saúde (15%)**

No período analisado, **entre os 75 municípios adimplentes, 72* aplicaram o percentual mínimo (15%)**.
A verificação do cumprimento do limite mínimo de aplicação (12%) em ações e serviços públicos de Saúde é anual. O gráfico permite o acompanhamento dos dados acumulados até o mês do ano.

*Atílio Vivácqua, Boa Esperança e Conceição da Barra não enviaram os dados ou enviaram parcialmente.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Conselheiros

Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun - *Presidente*

Rodrigo Coelho do Carmo - *Vice-presidente*

Sérgio Aboudib Ferreira Pinto - *Corregedor*

Domingos Augusto Taufner - *Ouvidor*

Sebastião Carlos Ranna de Macedo

Sérgio Manoel Nader Borges

Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha

Conselheiros Substitutos

Márcia Jaccoud Freitas

Marco Antônio da Silva

Ministério Público Especial de Contas

Luis Henrique Anastácio da Silva - *Procurador-geral*

Heron Carlos Gomes de Oliveira

Luciano Vieira

Secretário-geral de Controle Externo

Donato Volkers Moutinho

Secretária da SecexContas

Simone Reinholz Velten

Elaboração

Núcleo de Controle Externo de Avaliação de Tendências e Riscos (NATR)

Robert Luther Salviato Detoni

Eziléia Oliveira Barbosa

Frederico Fonseca Ribeiro

Leonardo Vilar Costa

Colaboração

Núcleo de Controle Externo de Consolidação das Contas de Governo (NCContas)

Adécio de Jesus Santos



TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Boletim da Macrogestão Governamental

[sumário](#)

Panorama
Econômico

Finanças do
Estado

Finanças dos
Municípios

**Boletim da
Macrogestão
Governamental**[sumário](#)[Panorama
Econômico](#)[Finanças do
Estado](#)[Finanças dos
Municípios](#)*Negócio*

Controle Externo

Missão

Gerar benefícios para a sociedade por meio do controle externo e do aperfeiçoamento da gestão dos recursos públicos.

Visão

Ser reconhecido como instrumento de cidadania.

Valores

Independência

Ética

Transparência

Responsabilidade Sustentável

Equidade

Excelência de Desempenho

Profissionalismo

Valorização das Pessoas

**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

nota

Fundo de Proteção Social dos Militares FPS, criado pela Lei Complementar 943/2020, de 16/03/2020.

A Emenda Constitucional EC 103, de 12 de dezembro de 2019, instituiu a competência privativa da União para editar normas gerais sobre inatividades e pensões das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares. Nesta esteira, editou-se a Lei Federal 13.954, de 16 de dezembro de 2019, que, dentre outras providências, dispôs acerca do Sistema de Proteção Social dos Militares.

Com isso, o Estado do Espírito Santo promoveu adaptações na legislação local, modificando a Lei 3.196/1978 e as Leis Complementares 282/2004 e 711/2013 por meio da Lei Complementar LC 943, aprovada pela Assembleia Legislativa em 11/03/2020, aplicável aos integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, remunerados por soldo ou subsídio. Com o advento da referida lei foi criado o Fundo de Proteção Social dos Militares FPS, prazo indeterminado, instrumento de natureza contábil, com a finalidade de manter os benefícios de inatividade dos militares e das pensões militares, vinculado ao IPAJM.

